



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

PARECER COJUR 210/2025

Senhor Diretor da Coordenadoria Jurídica,

I

Em atendimento à solicitação da Secretaria de Gestão Administrativa – SecGA 23344574, examinam-se **minutas de edital de pregão eletrônico (23346759) e de contrato (23377689)**, que têm por objeto **a contratação de seguro predial na modalidade de Seguro de Riscos Nomeados para garantir a cobertura dos bens móveis e imóveis do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília-DF**, de acordo com as especificações e condições contidas no **Termo de Referência 23214454**.

II

Constam dos autos o **Documento de Formalização da Demanda (Redimensionamento) - DFD (23214444)**, o **Estudo Técnico Preliminar - ETP (23214448) e o Mapa de Riscos (23214457)**, os quais, analisados em conjunto com o supracitado **Termo de Referência (23214454)**, apontam as justificativas para a contratação, os requisitos do objeto, o alinhamento com as diretrizes e metas institucionais e outros elementos inerentes à contratação.

Registra-se que a presente licitação ocorre após o fracasso do Pregão Eletrônico, conforme explicitado por esta Coordenadoria no Parecer Cojur 61 (22362108) e decidido na Decisão Diges 110 (22362117). Naquela oportunidade, o Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal solicitou, ainda, o *"encaminhamento do presente processo à unidade demandante, para revisão do plajenamento da contratação"*.

A Divisão de Compras – Dicom juntou *checklist* do procedimento (23341198) e informou (23341351) que *"ressaltamos que foi realizada pela unidade demandante, pesquisa de preços junto a empresas do ramo [22867960](#) e [22867966](#) e consulta a públicos [22953947](#), [22953947](#), [22953947](#), [22953947](#), [22953947](#), [22953947](#), [22951869](#) e [22953947](#), visando atender ao disposto na [IN 65/2021](#) e orientação do TCU expressa em seu Acórdão 1.455/Plenário"*.

Já a unidade demandante, Seção de Ressuprimento – Seres/Dimap, indicou, na Informação Conclusiva 23214459, os parâmetros utilizados na pesquisa de preços, a metodologia adotada e explicitou a análise crítica realizada para definição do valor estimado da contratação. O valor total estimado para a contratação é de **R\$**,

A **Divisão de Material e Patrimônio - Dimap** confirmou a **previsão/disponibilidade orçamentária para sustentar a despesa** nos termos do Despacho 23346333.

No que tange ao **termo de referência** (23214454), destacam-se os seguintes aspectos:

a) n o item 2, foram apresentadas as **justificativas para a despesa**, destacando-se a necessidade da Administração em prevenir-se contra os riscos de eventuais sinistros causados por incêndio, queda de raio, explosão, danos elétricos, responsabilidade civil, derrame ou vazamento de chuveiros (*splinkers*), furto qualificado e roubo de bens, quebra de vidros, alagamento e inundação, cujos prejuízos possam causar dispêndio ao erário e a fim de manter a integridade dos bens móveis e imóveis sob a responsabilidade do Tribunal. Também foram apontados os **benefícios diretos e indiretos da contratação**, sua correlação com o planejamento existente, qual seja, o [Plano Estratégico da Justiça Federal \(2021-2026\)](#) e sua previsão no Plano de Contratações Anual - PCA do exercício financeiro de 2025.

b) quanto à **modalidade de licitação**, foi proposta no **subitem 3.1.1 a adoção do pregão eletrônico, sob a justificativa de ser o objeto em questão comum**, visto se tratar de contratação de serviço comum, cujo padrão pode ser objetivamente definido no edital, por meio de especificações usuais de mercado. Verifica-se que tal opção se amolda ao que preconiza o art. 28 da Lei 14.133/2021.

c) optou-se pelo critério de adjudicação global. Sabe-se, quanto a esse aspecto, que o posicionamento do Tribunal de Contas da União - TCU consolidou-se no sentido de que, nos casos de licitações em que o objeto da contratação seja divisível, a regra é a adjudicação por itens, ressalvando-se as hipóteses em que haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda da economia de escala, como aponta a Súmula 247 - TCU, *in verbis*:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou

unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade. (destacou-se)

Inferi-se, portanto, que a adjudicação por grupos/lotos somente pode ser admitida como exceção, que deve ser devidamente justificada, como aponta o próprio TCU no Acórdão 2.695/2013 – Plenário. Atenta à necessidade de justificar a adoção desse critério, a unidade demandante ofertou a seguinte justificativa no subitem 3.3.2:

3.3.2. Justificativa: *A adjudicação global está justificada considerando a inviabilidade operacional na gestão dos inúmeros contratos que poderão resultar após a licitação com adjudicação por item, concomitante à redução do risco de inexecução, dessa maneira, entende-se pela conveniência da adjudicação a uma única empresa.*

Assim, mediante a justificativa apresentada pela unidade técnica e dada a natureza do objeto da contratação, tem-se que a adjudicação por lote, neste caso, está em consonância com as orientações do TCU, conforme o disposto na sua Súmula 247/2004.

d) no subitem 3.4, trata-se da **natureza da contratação, que se enquadra como contínua**, nos termos do inciso XV, art. 6º da Lei 14.133/2021, admitindo-se prorrogações sucessivas até o limite decenal, conforme disposto nos arts. 106 e 107 da mesma Lei. Justifica-se essa espécie de contratação tendo em vista a natureza do objeto, cuja demanda necessita de sucessivas renovações.

e) admitir-se-à a participação de empresas reunidas em consórcio, bem como de cooperativas, conforme disposições dos subitens 4.1 e 4.2, em atendimento aos arts. 15 e 16 da Lei 14.133/2021.

f) há exigência de qualificação técnica das licitantes, de acordo com o subitem 8.4.1 no caso, a apresentação de prova de Regularidade ou Certidão de Licenciamento, emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. Tal exigência foi justificada mediante a necessidade de se certificar que a seguradora tenha os requisitos necessários para cumprir as obrigações assumidas com a Administração Pública, em harmonia ao princípio do interesse público.

g) no item 29 – são previstas regras referentes à Proteção de Dados, em atenção às disposições da Lei de Acesso à Informação, Lei 12.527/2011 (e dos seus regulamentos, Decretos 7.724/2012 e 7.845/2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo), e da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, Lei 13.709/2018. As regras dele constantes encontram-se expressa e detalhadamente expostas, suprimindo, assim, as exigências normativas sobre o tema.

No restante, estão presentes no termo de referência, além dos elementos destacados, os demais necessários à licitação e à contratação, em conformidade com a legislação de regência.

Quanto aos termos da **minuta de edital (23346759) e de contrato (23377689)**, não há reparos a sugerir.

Registre-se que o exame dos cálculos e dos valores monetários indicados nos instrumentos refoge à competência desta Coordenadoria.

III

Ante o exposto, não se vislumbra óbice à aprovação das examinadas minutas, em cumprimento ao disposto no art. 53 da Lei 14.133/2021.

Gizélia Barros Neta Inajosa
Diretor(a) de Núcleo - Nualí/Cojur

De acordo. À SecGA.
Lucas Martins de Sá Mandel
Diretor de Coordenadoria - Cojur



Documento assinado eletronicamente por **Gizelia Barros Neta Inajosa, Diretor(a) de Núcleo**, em 13/08/2025, às 10:55 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Martins de Sá Mandel, Diretor(a) de Coordenadoria**, em 13/08/2025, às 10:56 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **23379426** e o código CRC **78186707**.